

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

UM REMÉDIO PARA A ALMA

No livro “*Confissões*”, no capítulo VI, Santo Agostinho, em suas reflexões, que são verdadeiras orações dirigidas a Deus, faz o seguinte questionamento:

“Dizei-me, eu vo-lo suplico, ó Deus, misericordioso para comigo que sou miserável, dizei se a minha infância sucedeu a outra idade já morta ou se tal idade foi a que levei no seio da minha mãe? Pois alguma coisa me revelaram dessa vida e eu mesmo vi mulheres grávidas.

E antes deste tempo que era eu, minha doçura, meu Deus? Existi, porventura, em qualquer parte, ou era acaso alguém?”

“Não tenho quem me responda, nem meu pai nem minha mãe, nem a experiência dos outros, nem a minha memória. Sorris, talvez, de que tais perguntas Vos faça, a Vós que me ordenais que Vos louve e confesse, naquilo que me é conhecido.”

Não encontramos outras referências a respeito, mas entendemos que podemos concluir que Santo Agostinho queria saber se havia vivido outra vida antes dessa, ou seja, se existe ou não a reencarnação de espíritos.

A aparente dúvida parece expressar uma constatação: Santo Agostinho tinha lembranças de uma vida passada. O que, para nós, não causa surpresa nem admiração.

Mas é importante falar mais a respeito, pois a lembrança de vidas passadas, embora difusa, embaraçada, pode exercer muita influência nas decisões e nas ações das pessoas.

É mais comum do que se imagina, que pessoas adultas e até mesmo jovens e crianças, tenham recordações de vidas passadas, alterando o seu comportamento na família, na vida social e no exercício da profissão. Parecem

estar sempre descontentes, insatisfeitas com a situação em que vivem, com as pessoas com as quais convivem, às vezes não gostando de nada e não sabendo explicar os motivos desse sofrimento. Pois é um sofrimento, não conseguir viver bem a vida presente.

Muitas vezes, a pessoa fica revoltada – e não sabe exatamente a causa – porque lembrou-se de uma dor antiga, de uma frustração sofrida em outra vida, e não quer aceitar nem a ideia de que possa vir a sofrer novamente por isso. Às vezes, fica revoltada por não ter a felicidade que “*tinha*” na outra vida, sentindo-se injustiçada. Aliás, nos dois casos, sente-se injustiçada e rebela-se.

E o problema maior está exatamente nessa revolta, pois pode levar a pessoa a não gostar da vida, a não aceitá-la, a não aceitar as pessoas, enfim, pode levar a pessoa a não querer viver mais, ou a abandonar-se a uma depressão insistente e profunda.

Os tratamentos médico, psicológico e psiquiátrico são indispensáveis, mas sem um remédio para a alma, pouco resultado eficiente pode ser obtido nesses casos.

Para a Filosofia Diretriz, que, como toda filosofia, deve auxiliar o Ser Humano na busca e realização de si mesmo, o remédio para a alma é a valorização da Pessoa, de seu Espírito, de tudo o que ela é, sente, pensa, faz, dando-lhe estímulo, fortalecendo-a em suas decisões, com amor, amizade, fraternidade.

É dar-lhe o gosto pela vida. Sem cobranças, sem reclamações, sem julgamentos.

É a hora da compaixão! É a hora da compreensão!

ISSO É FRATERNIDADE!

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –

Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna

www.filosofiadiretriz.com

A FILOSOFIA DIRETRIZ

No nosso Núcleo de Estudos da Filosofia Diretriz, que abrange a Escola de Ética e a Escola de Fraternidade, que inclui o Curso Preparatório, o Grupo de Teatro e o Curso de Filosofia Diretriz para Crianças, buscamos esclarecer que a Filosofia Diretriz, é a Filosofia do Bem da nova Lei de Evolução Consciente, e que, sendo uma filosofia, é um **sistema** de conceitos, princípios e de pensamentos, que não se confunde com nenhum outro sistema filosófico em termos absolutos.

Tendo por base que DEUS existe e que existe uma ORDEM NATURAL NO MUNDO, que é o Bem, mantida por Leis biológicas, químicas, físicas, naturais, matemáticas, etc., e também por Leis que regem o destino do Ser Humano, a Filosofia Diretriz revela que essas LEIS são Leis de Deus, inderrogáveis, irrefutáveis, e que, do conhecimento delas, a Humanidade evolui.

O estudo da Filosofia Diretriz, com a prática das Virtudes que incorpora, e com a vivência dos Princípios do Bem, faz com que possamos mudar a nós mesmos, desenvolvendo os nossos talentos e potencialidades no sentido do Bem em direção a Deus, unidos aos nossos irmãos de Humanidade.

Possibilita-nos também a descoberta de nosso lugar no Mundo, da nossa posição espiritual, que ninguém pode tirar; ajudando-nos a aperfeiçoar nosso espírito – o que nos traz mais equilíbrio físico, mental, espiritual – e a desenvolver todas as virtudes, inclusive a felicidade.

Embora não seja fácil o viver conforme a Filosofia Diretriz, não é complexo, antes é muito simples, pois a Verdade é simples.

Viver sob a regência da Lei de Evolução Consciente é gratificante, muito interessante, e muito bom! É o sal, o gosto, o tempero da vida! É viver no Bem!

Núcleo de Estudos da Filosofia Diretriz
ESCOLA DE ÉTICA – ESCOLA DE FRATERNIDADE

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO: MARIANGELA CAMPOS MACHADO

Rua Afonso Celso, 266 – Vila Mariana – São Paulo – CEP 04119-001

E-mail: escoladeetica@filosofiadiretriz.com

Nosso Site: www.filosofiadiretriz.com

Leia neste Boletim, textos de:

Maria Cláudia - “Virtude e Sentimento Moral”

Efren F. Pousa Junior - “Fukushima – A Valoração Midiática e a Tragédia Humana”

Mariangela Ferraz - “Educação baseada em Valores”

Cláudio Mocelin - “Ética e Preconceito não combinam”

Suzy Antunes - “Defendendo a dignidade do Ser Humano. Defendendo os deficientes”

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

VIRTUDE E SENTIMENTO MORAL

Estudamos recentemente, em nosso Curso de Ética, que a aparência de virtude não coincide com a verdadeira virtude.

De fato, como aprendemos em nossas aulas, é mais fácil ostentarmos uma aparência de virtude, sobretudo com aqueles que não conhecemos, do que sermos virtuosos com o nosso próximo, aquele que está bem ao nosso lado, no dia-a-dia.

Da mesma forma, pode-se ter a aparência da boa educação, mas isso não significa, necessariamente, ter respeito para com o próximo.

Não apenas Deus nos observa, mas também as pessoas que estão em nosso caminho.

Devemos ser coerentes, mas nem sempre conseguimos atingir esse propósito.

Erramos e buscamos corrigir. Isso decorre da nossa condição de seres imperfeitos.

Por outro lado, mesmo sabendo que a evolução “não dá saltos”, sentimos necessidade de caminhar mais rápido, diante das transformações galopantes que a Humanidade enfrenta.

A questão que se coloca é a seguinte: apesar do esforço e da intenção de evoluir, é possível sermos éticos e coerentes, vivenciando efetivamente as virtudes, considerando o nosso nível evolutivo?

Muitas vezes, deparamo-nos com um conflito, derivado da falta de correspondência entre nossos sentimentos e a Lei moral.

Quantas vezes erramos, comandados não pela razão, mas pelos nossos sentimentos ou emoções, simplesmente porque não gostamos de algo ou porque fomos contrariados?

É nas situações corriqueiras da vida que podemos deixar tudo a perder, escorregar e “cair

feito” em nossa trajetória, simplesmente porque nos permitimos agir destemperadamente, ou porque algo nos desagrada ou nos irrita. Nesses momentos, onde está nosso juízo, nossa razão?

Immanuel Kant, em sua “Crítica da Razão Prática”¹, trata da lei moral, como uma lei de dever, determinante da vontade livre do ser humano.

Respeitando a lei, estaremos cumprindo, segundo Kant, o mandamento “ama a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”, que também é Lei de Deus, chamada de Lei do Equilíbrio.

“Amar a Deus”, segundo Kant, significa cumprir com satisfação os seus mandamentos, e ter a intenção de fazê-lo; enquanto “amar ao próximo” significa cumprir com satisfação todos os deveres para com o próximo.

Prossegue o filósofo Kant, assumindo que a criatura humana nunca pode estar inteiramente livre de desejos e inclinações, os quais não concordam por si mesmos com a lei moral, que tem fonte inteiramente diversa.

Logo, apenas o respeito à lei moral, denominado “sentimento moral genuíno”, segundo Kant, é que permite o cumprimento dessa lei.

Como não somos perfeitos, isto é, não somos possuidores de uma pureza completa das disposições da vontade, Kant lembra a importância da virtude, reportando-se à humildade, que define como “conhecimento de si”.

Kant explica que o homem está sujeito à influência das “inclinações” e “impulsos sensíveis” e que apenas a lei moral, enquanto

¹Kant, Immanuel. Crítica da razão prática. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 93-96

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

princípio de determinação da vontade, tem o poder de produzir um sentimento de respeito para com a lei moral, que se denomina sentimento moral.

Tal lei, segundo Kant, só tem lugar no juízo da razão e não em um sentimento qualquer. Portanto, denomina sentimento moral, aquele produzido simplesmente pela razão.

O filósofo Aristóteles também ensina que não podemos pautar nosso agir pelo simples prazer ou desprazer que algo nos causa, mas devemos determinar o justo uso do prazer, já que a virtude resulta da justa medida em cada ação.

Para Aristóteles, todo sábio foge ao excesso e à falta, busca o meio, e a este dá preferência. E a virtude, que é par com a natureza, “de todas as artes a mais difícil e melhor, bem deverá tender ao meio”.

Podemos entender, juntamente com Aristóteles, que a virtude, desenvolvida pelo hábito, atua como espécie de mediadora para os nossos “afetos” ou sentimentos, determinando o nosso justo agir.

Vamos analisar nossas emoções e nossos sentimentos, verificando se estamos tendo respeito à Lei. É necessário, sobretudo, corrigirmos aqueles sentimentos que ainda nos dominam, e nos tiram do caminho do meio.

Aplicando as virtudes e os princípios, ampliando a nossa consciência moral, teremos maior capacidade de buscar a verdade e fazer essa análise, respeitando as leis de Deus e nos conduzindo de forma reta.

MARIA CLÁUDIA

2-Aristóteles. *Ética*. São Paulo: Edipro, 1995, p. 56

FUKUSHIMA– A VALORAÇÃO MIDIÁTICA E A TRAGÉDIA HUMANA

Em meio a toda a tragédia ocorrida com o povo japonês, a mídia mundial tem procurado ater-se aos possíveis vazamentos de material radioativo da central nuclear instalada na cidade de Fukushima, litoral noroeste do Japão. Por que a preocupação exacerbada com este evento futuro e improvável? Na verdade o assunto energia nuclear vende e sempre vendeu mais que assuntos afeitos à solidariedade humana. Infelizmente no Brasil a propaganda midiática que trata de fraternidade, solidariedade e cidadania não gera atenção pública tal qual a exposição de uma possível tragédia advinda de acidente nuclear. Neste momento por que não nos preocupamos com os fatos atuais e depois pensamos nos desdobramentos futuros? Assusta-me a necessidade de se encontrar culpados neste momento em que a população civil não tem comida ou bens de consumo básicos para sobrevivência digna.

E em que pese todo o fator humano envolvido no atual acidente japonês, milhares de mortos e centenas de milhares de desabrigados, as pessoas, dentre elas autoridades e a mídia, têm se preocupado realmente com os improváveis efeitos da radiação proveniente de vazamento da Central Atômica de Fukushima².

Inicialmente devemos lembrar que o ocorrido adveio de uma decorrência natural das

² A radiação da usina nuclear de Fukushima não representa um perigo imediato à saúde para quem está além do raio de 20 km do local, disse o porta-voz do governo japonês, Yukio Edano, nesta quarta-feira, 16/03/11. O porta-voz do governo japonês disse em entrevista coletiva que o nível de radioatividade entre 20 e 30 quilômetros da central, área na qual foi pedido que os moradores permaneçam em casa e com as janelas fechadas, não tem efeito prejudicial.

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

atividades vulcânicas submarinas, geradoras dos terremotos que abalaram o solo japonês, acompanhados reflexivamente dos desastres causados pelos tsunamis na área continental e que em decorrência atingiram de forma assustadora toda uma faixa litorânea bastante considerável da cidade de Fukushima. Frise-se deste já nosso pesar e tristeza pelas vítimas deste evento, mas, infelizmente, há de se destacar as deturpações que vêm surgindo, em especial por parte da mídia, em relação ao vazamento das centrais nucleares.

Por primeiro, há de se salientar que no inconsciente social, usinas nucleares sempre foram e continuam sendo nos dias de hoje alvo de toda uma idéia deturpada de lesividade ambiental e de maldade humana. Este fato pode ser constatado por simples questionamentos de pessoas próximas a nós em nosso dia a dia, talvez, equivocadamente influenciadas por acidentes que marcaram a história mais moderna da Humanidade como Three Mile Island³ em 1979, nos EUA, Tchernobil na antiga União Soviética em 1986⁴, ou mesmo pelo

3EUA, 28 de março de 1979. Em Three Mile Island (Pensilvânia), uma falha humana impediu o resfriamento normal de um reator, cujo centro começou a derreter. Os dejetos radioativos provocaram uma enorme contaminação no interior do recinto de confinamento, destruindo 70% do núcleo do reator. Um dia depois do acidente, um grupo de ecologistas mediu a radioatividade em volta da usina. Sua intensidade era oito vezes maior que a letal. Cerca de 140 mil pessoas foram evacuadas das proximidades do local. O acidente foi classificado no nível 5 da escala internacional de eventos nucleares (INES), que vai de 0 a 7. *In* <http://noticias.uol.com.br/internacional/listas/top-10-os-maiores-acidentes-nucleares.jhtm>. Acessado em 16/03/11

4Tchernobil, 26 de abril de 1986. O reator número 4 da usina soviética de Tchernobil, na Ucrânia, explodiu durante um teste de segurança, causando a maior catástrofe nuclear civil da história e deixando mais de 25 mil mortos, segundo estimativas oficiais. O acidente recebeu a classificação de nível máxima, 7. O combustível nuclear queimou durante 10 dias, jogando na atmosfera radionuclídeos de uma intensidade equivalente a mais de 200 bombas atômicas iguais à que caiu em

acidente ocorrido no Brasil, na cidade de Abadia de Goiânia no ano de 1987, decorrente do vazamento de cápsulas de CS 137 encontradas abandonadas em plena área urbana.

Iniciemos nossos comentários por esta última colocação: esta situação pátria sim, merece, efetivamente, investigação, apuração, devido processo judicial e condenação, haja vista tratar-se de negligência humana advinda de culpa (dever de zelar pela substância) ou até mesmo de dolo na modalidade eventual, pois um processo judicial foi instaurado para apuração do incidente e os culpados foram sim, em certa medida, punidos.

Mas e o caso japonês? Retornemos a ele. Ambos diferem-se em sua essência. O incidente ocorrido na cidade de Fukushima no Japão trata-se de evento advindo de força maior, decorrente de acidentes naturais, que ainda que consideremos toda a tecnologia de ponta utilizada em nossos dias, tem reduzida previsão humana em relação a eventos desta magnitude. Os eventos, provenientes de deslocamentos tectônicos, quiçá a quilômetros de profundidade no oceano pacífico, só puderam ter seus reflexos detectados na superfície da Terra no momento em que já era tarde demais para evacuação local significativa.

Ora, é claro que acidentes podem ocorrer, vazamentos podem acontecer e culpados podem ser apontados, mas o que se quer salientar neste artigo é que probabilidades, estatísticas e, em especial, previsibilidade de desastres nestas áreas de rigorosa atuação humana são cada vez mais reduzidas. É neste sentido que a previsibilidade deve ser tomada como indicativo da magnitude de segurança. Aliás, deve ter cada vez mais elevados seus índices de apuração. Portanto, o alvoroço momentâneo acusado no continente europeu

Hiroshima. Três quartos da Europa foram contaminados. *In* <http://noticias.uol.com.br/internacional/listas/top-10-os-maiores-acidentes-nucleares.jhtm>. Acessado em 16/03/11

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

principalmente em França e Alemanha ao se proporem em fazer toda uma reavaliação das usinas hoje em andamento quanto à segurança é extremamente salutar.

Mas, ponderações e diferenças devem ser apontadas - previsibilidade do previsível, por exemplo, a possibilidade de vazamento de material nuclear, como gostamos de nominar de previsibilidade sustentada, decorrerá sempre do intelecto humano na segurança do objeto criado e da sua relação com o coletivo humano, ao passo que ao tratarmos de eventos futuros e incertos decorrentes de eventos da natureza, que podem afetar pela via reflexa uma área de manutenção de material nuclear, nominada previsibilidade amparada, estará um tanto quanto mais próximo da noção de imprevisibilidade, seja ela advinda de força maior ou caso fortuito e decorrerá, sempre, por consequência, da proteção do mesmo objeto de forma reduzida.

O que desejamos lançar como idéias de debate nestas colocações: as usinas nucleares, tão necessárias em nossos dias, inclusive como já defendemos em outros artigos, na produção de energia elétrica, são cada vez mais super dimensionadas e preparadas para que se evitem acidentes com a sociedade local em caso de rompimento. Não estaríamos, portanto, no caso em comento, diante de uma previsibilidade amparada? Não devemos, pois, considerar uma imprevisibilidade em relação à segurança das centrais nucleares?

O que fica destas considerações: o Ser Humano deve avançar em seus conhecimentos. Ou seja, aplicando a premissa de desenvolvimento ao caso em tela, aumentando a segurança dos bens e eventos relacionados à utilização da energia nuclear para fins pacíficos, conseguindo prever com maior intensidade formas de segurança da sociedade, aumentando com isso a previsibilidade sustentada, e arcando com os riscos da previsibilidade

amparada.

Por fim, a título de ilustração, salientamos uma passagem lida há certo tempo atrás e que nos deixou bastante atento para a necessidade do estudo na evolução do ser humano, seja ele, inclusive, de que área do conhecimento for: Questionou-se um cientista acerca de qual seria a maior necessidade de que gostaria de se utilizar para conseguir finalizar seu projeto. Foram-lhe apresentados, diversos itens, dentre eles valores financeiros astronômicos para seu desenvolvimento científico, poder de decisão em relação aos demais pesquisadores, poder de autoridade nos experimentos, dentre vários outros quesitos. Em apreciação a todos eles o pesquisador afirmou que não descartava a necessidade de nenhum, mas o que mais gostaria de possuir seria informação privilegiada e consequente conhecimento, pois com eles seria capaz de obter todas as demais que lhe foram oferecidas, inclusive superá-las.

Em nosso entendimento, devemos incentivar o avanço de eventos humanitários, solidariedade e cidadania social, que somente podemos conseguir com informações valoradas, maiores avanços científicos e, via de consequência, nos protegermos das adversidades que se nos impõem. Mas cabe considerar que alguns eventos, tal como os desígnios da natureza, por mais que desenvolvamos toda uma tecnologia de análise aprofundada e de ponta continuarão em certa medida a ter sempre uma previsibilidade reduzida, amparada, em relação aos adventos criados e desenvolvidos pelo homem, numa previsibilidade sustentada.

EFREN FERNANDEZ POUSA JUNIOR

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

EDUCAÇÃO BASEADA EM VALORES

Uma educação baseada em valores como Amor, Respeito, Verdade e Justiça, se torna um convite à propagação da igualdade dos direitos entre todos os Seres Humanos.

De nada vale pais e professores defenderem tais valores se suas ações mostram o contrário. Não há valor que se sustente sem bons exemplos, pelo contrário, acabariam contribuindo para a formação de indivíduos que dão mais valor à imagem que à palavra.

Um outro engano cometido na educação, e que merece uma atenção especial, é a supervalorização da autoestima na infância e adolescência, pois pessoas com excesso de autoestima se sentem superiores às outras e tendem a ser agressivas quando têm o ego ameaçado.

Roy Baumeister, professor do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Flórida, nos Estados Unidos, em estudos realizados nos últimos anos, encontrou duas categorias de valores: de um lado, aqueles mais ligados à inteligência, beleza e riqueza; de outro, os vinculados a Respeito, Verdade e Justiça, e com isso comprovou que a autoimagem exagerada e o cuidado com o próximo não andam juntos: *“Quando se estimula demais o amor próprio, se esquece do resto”*.

Muitas vezes os próprios pais são os maiores responsáveis pela inversão desses valores. Por exemplo, a criança passa o ano inteiro sem cumprir suas obrigações escolares, “colando” nas provas, desrespeitando professores e amigos e mesmo assim “passa de ano” e a família esquece as “infrações” e “delinqüências” e comemora o resultado sem refletir sobre a forma usada para obter a conquista. É preciso deixar bem claro, desde cedo, que os fins não justificam os meios, mesmo sabendo que infelizmente vivemos em um país que para tudo existe um “jeitinho”.

O papel do educador na vida de uma pessoa é o de ajudar no desenvolvimento de habilidades (mentais e motoras) e também na formação do caráter (valores e virtudes). Está nas mãos do educador a formação do Ser Humano integral.

Precisamos ter muito claro em nossa mente e em nossa vida uma hierarquia de valores onde os valores absolutos (Respeito; Verdade; Justiça; etc) estejam sempre acima dos valores materiais.

Com amor, atenção e principalmente através do diálogo, devemos criar um ambiente acolhedor que incentive boas ações pela prática das Virtudes e Princípios do Bem como, por exemplo, a regra áurea da Humanidade: *“Faça ao próximo todo o bem que*

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

você gostaria que te fizessem?”.

05 PASSOS PARA CRIAR UM AMBIENTE ACOLHEDOR

1. **OUVIR SEM JULGAR** – É preciso estimular a criança ou adolescente a dizer o que sente. “Bater-papo” funciona mais do que sermão. Fazer com que eles pensem em suas atitudes e identifiquem os sentimentos que movem suas ações.
2. **VALORIZAR O MELHOR DE CADA UM** – Somos melhores do que pensamos e devemos sempre ressaltar as qualidades e não os defeitos principalmente das crianças e dos adolescentes.
3. **ACREDITAR NO SER HUMANO E NA SUA ESSÊNCIA DIVINA** – Acreditar na criança e no adolescente é uma forma de ajudá-los a crescer e evoluir.
4. **RESPEITAR** – Lembrar que o foco está na criança e no adolescente e não em nós.
5. **SER FRATERO** – Estimular a cooperação e a solidariedade através de exemplos e não só de palavras.

MARIANGELA FERRAZ

ÉTICA E PRECONCEITO NÃO COMBINAM

Dentro de nossos estudos em busca de uma nova ética, um dos problemas éticos de grande relevância e interesse é o preconceito, uma vez que se trata de um comportamento que cria vários problemas práticos para o ser humano. Sendo assim temos que definir o que é e em que consiste o preconceito para que eliminemos tal comportamento de nossas vidas.

O dicionário Webster define preconceito como sendo opinião ou sentimento negativo pré-concebido ou formado *sem o uso do conhecimento e da razão*. O filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio, cujas posições éticas e políticas costumam ser acolhidas pelos mais diferentes grupos, deixa claro que o preconceito se constitui de uma opinião errônea (ou um conjunto de opiniões) que é aceita passivamente, *sem passar pelo crivo do raciocínio, da razão*. Ele ainda complementa dizendo que o preconceito deriva de generalizações superficiais e estereótipos.

Ao apresentar a base irracional do preconceito, Bobbio levanta a hipótese de que a crença na veracidade de uma opinião falsa só se torna possível porque essa opinião tem uma razão prática: ela corresponde *aos desejos, às paixões, ela serve aos interesses particulares* de quem a expressa.

As definições sociológicas do termo também tendem a estabelecer que o preconceito viola algumas normas sociais, ou mesmo virtudes como a racionalidade, a justiça e a tolerância. A generalização, o pré-julgamento, a recusa de se levar em consideração as diferenças individuais, e o pensamento estereotipado todos violam o pensamento racional. Da mesma forma, na medida em que o efeito do preconceito é colocar o indivíduo ou grupo em desvantagem não merecida, o preconceito é então inerentemente injusto. O preconceito também envolve intolerância e até mesmo violação da dignidade humana.

Considerando-se as definições acima, percebemos que quaisquer formas de preconceito devem

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –

Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna

www.filosofiadiretriz.com

ser evitadas, pois ferem muitos dos novos conceitos que temos estudado em nosso curso, como o uso da razão, a não generalização, e a busca de conceitos universais em substituição às opiniões individuais e achismos, além de serem opostas a muitas das virtudes, que são a base de todo o Bem.

Bobbio ainda distingue os preconceitos individuais, como as superstições e gostos particulares, por exemplo, dos coletivos. Fixa sua atenção nestes últimos, porque os primeiros são inócuos, não produzem resultados graves. Ao contrário do que ocorre quando um grupo social apresenta um juízo de valor negativo sobre outro grupo social.

Quero fazer uma ressalva à opinião do filósofo quanto aos preconceitos individuais serem inofensivos. Como já vimos em nossas aulas, ao contrário do que afirmou Aristóteles quando disse que “uma andorinha não faz verão”, sabemos agora que uma só faz sim verão, e talvez então devamos ter mais cuidado ao expressarmos gostos individuais negativos do tipo, fulano é feio, ou beltrano está gordo, etc. Acredito que possamos estar gerando preconceito também... mas, esse é um assunto para um próximo artigo talvez...

Voltando aos preconceitos coletivos, quem quer que conheça um pouco de história, sabe que sempre existiram preconceitos nefastos e que mesmo quando alguns deles chegam a ser superados, outros tantos surgem quase que imediatamente. Porém, nas palavras de Bobbio: “apenas posso dizer que os preconceitos nascem na cabeça dos homens. Por isso, é preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com o desenvolvimento das consciências e, portanto, com a educação, mediante a luta incessante contra toda forma de sectarismo.”

Diante disso podemos ver o quão importante é a busca por novos conceitos para que possamos, como defende o filósofo, combater o preconceito em nossas cabeças.

Existe um movimento no Brasil e no Mundo no sentido de se criminalizar o preconceito, através da criação de leis e punições a quem os pratica. Recentemente, vimos uma lei que tramita pelo congresso que visa criminalizar o preconceito contra

homossexuais. Outra, que vai em direção contrária, sugere a proibição a empregados e prestadores de serviços de utilizarem elevadores sociais em condomínios. Como se vê, há uma incoerência de atitudes que parecem ser motivadas sempre por interesses particulares e não universais. Sendo assim, não acredito que a criminalização ou descriminalização seja solução, pois estas podem talvez evitar a prática de certos tipos de preconceito, mas não mudam a maneira de pensar e os conceitos das pessoas, que segundo o filósofo e nossos estudos será a única solução para este mal que afeta a sociedade em geral.

Por isso, vamos todos fazer uma autoanálise e verificar quais são os tipos de preconceito que ainda cultivamos, mesmo que veladamente, e vamos mudar nosso modo de pensar, além de trabalhar no sentido de disseminar esta mudança tão necessária.

Vamos nos perguntar: será que não tenho preconceitos raciais, preconceitos contra classe social, orientação sexual, nacionalidade, religioso, contra pessoas com deficiência? Estas que são as formas mais comuns de preconceito; vamos nos perguntar se realmente consideramos essas ditas ‘minorias’ como iguais, como seres humanos que possuem os mesmos direitos essenciais que nós todos.

Vamos nos perguntar se não temos preconceitos contra os mais pobres desde que eles não venham nos incomodar no conforto de nossos carros ou casas; se não temos preconceitos contra homossexuais desde que seja na casa do vizinho e não na nossa. Vamos deixar de fazer piadinhas e comentários infelizes que mencionam negros, argentinos, portugueses, ‘veados’, ‘bichas’, loiras, deficientes, etc., pois, por mais inócuas e até certo ponto divertidas que possam parecer, incitam a perpetuação de desrespeito e preconceitos. Vamos lembrar da fraternidade, se negarmos os direitos essenciais ao outro teremos nossos direitos negados também. Não façamos ao outro o que não gostaríamos que nos fosse feito.

E para encerrar citemos o filósofo francês Voltaire: “O preconceito é a razão dos tolos”.

CLÁUDIO MOCELIN

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

DEFENDENDO A DIGNIDADE DO SER HUMANO. DEFENDENDO OS DEFICIENTES.

O assunto de hoje surgiu de uma indignação contra o preconceito e a discriminação em relação aos deficientes. Deparei-me com um Projeto de Decreto que me chamou a atenção e a vontade de ir em defesa dos nossos irmãos portadores de deficiência. No PDC 2846/2010 do deputado Barbosa que também é presidente das Fenapaes (Federação Nacional das Apaes), o autor alega a inconstitucionalidade da resolução 4/10 da Câmara de Educação, e propõe anular o artigo de resolução que trata do caráter complementar e ou suplementar do atendimento educacional especializado, justificando que alunos com deficiência devem receber exclusivamente educação oferecida pelas escolas especiais, deixando de freqüentar o espaço comum das escolas regulares. Esse projeto visa a suspensão da norma expedida pelo CNE(Conselho Nacional de Educação) em julho de 2010, e a obrigatoriedade dos sistemas de ensino em matricular os alunos com deficiência. Em outras palavras, quer acabar com a inclusão escolar, conseguida com muita luta. O artigo 24 da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, com base no artigo 5º parágrafo 3º da Constituição Federal, estabelece:

“Os Estados partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados partes deverão assegurar um sistema inclusivo em todos os níveis bem como o aprendizado ao longo de toda a vida...”

Cabe aqui citar também o artigo 5º da

Constituição Federal:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Diante desse Projeto de decreto que considero um total retrocesso na conquista dos direitos dos deficientes e da Humanidade, resolvi me manifestar.

Quando um projeto de decreto é feito com o intuito de discriminar, de alienar e excluir uma parte da sociedade, ele se torna antiético, imoral, pois, ao não permitir o pleno desenvolvimento do Ser Humano, fere a sua dignidade, os seus direitos essenciais, a sua integridade física, mental e espiritual.

Se todos são iguais não somente perante a lei, mas também como Filhos de Deus, então esse projeto de decreto fere tudo em que acreditamos. Como alunos do Curso Diretriz de Filosofia acreditamos que perante as leis de Deus todo Ser Humano é útil, todo Ser Humano tem valor e é necessário. Sabemos que para nossa evolução consciente precisamos da nossa integridade física, mental e espiritual. Acreditamos que o corpo é o veículo físico pelo qual o espírito se manifesta, mas também sabemos que a consciência é do espírito.

Todo espírito tem essa consciência mesmo sendo deficiente mental. Ninguém pode dizer até onde um Ser Humano consegue se desenvolver sendo ele deficiente ou não. Ninguém tem o direito de dificultar o caminho para aqueles que querem desenvolver plenamente suas capacidades; o homem não consegue medir isso, pois para Deus tudo é possível.

Os deficientes necessitam dessa inclusão na sociedade e têm esse direito.

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

Podemos citar o exemplo de crianças com Síndrome de Down, que muitas vezes sofrem preconceito, exclusão e intolerância pela falta de informação da sociedade.

Síndrome de Down é mais comum do que se pensa, a proporção é de 1 para cada 600 nascimentos e qualquer casal pode ter um filho com Síndrome de Down. Pois é um erro genético que decorre na produção errada das primeiras células do bebê e não de problemas decorrentes da gravidez.

Para essa síndrome, é necessário e recomendado pela classe médica a estimulação precoce, o convívio social e familiar e freqüentar uma escola comum. A orientação é de sempre incentivar, estimular ao máximo essas crianças para que sejam cada vez mais independentes, social e profissionalmente.

O pediatra Dr. José Rodrigues Coelho Neto, em entrevista para uma reportagem disse que:

“Os Pais devem estimular a independência. Os portadores devem trabalhar e ser produtivos”.

O convívio social, o contato com outras crianças em escola comum são essenciais para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down, e querem tirar isso delas.

Não somente defendo os portadores dessa deficiência, mas de todas, como o portador de paralisia cerebral, o surdo, o autista, o cego e tantos outros que podem se desenvolver normalmente se tiverem o apoio e o estímulo da sociedade. Que podem se tornar produtivos e incluídos no mercado de trabalho e serem úteis à sociedade. E querem tirar-lhes todas essas oportunidades! Pois freqüentando somente escolas especiais, ficam à margem da

sociedade e muito aquém do desenvolvimento de suas potencialidades.

Temos hoje muitos exemplos de deficientes que fizeram faculdade, tornaram-se independentes e úteis a si mesmos e à sociedade. E querem retroceder e tirar-lhes todas as oportunidades!

É um alerta a todos, pois atingindo uma parcela da sociedade, negando-lhe direitos, excluindo-a, estamos atingindo a nós mesmos. Pois somos todos iguais em essência perante Deus, sendo deficientes ou não.

Ninguém pode dizer o limite do desenvolvimento de qualquer Ser Humano, seja ele deficiente ou não.

Enquanto não desenvolvermos uma visão mais humanitária e fraterna, enxergando que somos todos irmãos, filhos de um mesmo pai, que é Deus e que tudo é dirigido por Ele, não seremos uma Humanidade íntegra e plena. E continuaremos a querer fazer leis que nos prejudicam ou prejudicam outras pessoas.

Cabe a nós que estamos estudando a Filosofia Diretriz começar a prestar atenção no que acontece ao nosso redor e tentar demonstrar o erro e a injustiça que muitas vezes são praticados pelos legisladores, querendo impor-nos normas e leis que em nada dignificam o Ser Humano e muitas vezes até destroem sua dignidade. Não podemos mais nos calar, devemos e temos o dever de pelo menos nos manifestar, para que um dia possamos influir e conseguir realizar reais mudanças, mais fraternas, elevando assim o nível espiritual da Humanidade para um ideal de Justiça, Fraternidade e Igualdade.

SUZY ANTUNES

ÉTICA E FRATERNIDADE

BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA FILOSOFIA DIRETRIZ –
Nº 03 - Mai/2011 – Distribuição Interna
www.filosofiadiretriz.com

POLÍTICA CRISTÃ: EXISTE? -Uma pergunta aos Alunos da Escola de Ética-

Para servir de fundamento ao estudo que pretendemos empreender, transcrevemos um trecho do livro “*A Promessa da Política*” de Hannah Arendt. A partir dele, vamos refletir sobre a questão proposta, conscientes de que, da resposta, um novo caminho poderá abrir-se a todos os que têm o ideal de, através da política, possibilitar a todas as Pessoas os meios para a sua evolução consciente, para o seu aperfeiçoamento como Criatura de Deus.

Consta no referido livro:

“Ao contrário dos filósofos, os primeiros cristãos não se afastaram da política para colocar-se inteiramente à margem dos assuntos práticos humanos. Tal afastamento, que nos primeiros séculos depois de Cristo via como perfeitamente aceitáveis as formas mais extremadas de vida ermitã, estaria em flagrante contradição com a pregação de Jesus e foi por isso considerada herética pela Igreja nascente. O que aconteceu na verdade foi que a mensagem cristã preceituava um modo de vida no qual os assuntos práticos humanos eram inteiramente excluídos da arena pública e transferidos para a esfera pessoal existente entre um e outro homem. Era próprio da situação histórica que essa esfera interpessoal, por estar em manifesta oposição à arena público-política, fosse identificada e talvez confundida com privacidade. Durante toda a Antiguidade greco-romana, a privacidade foi entendida como única alternativa à arena pública, de tal maneira que o aspecto distintivo desses espaços era o contraste entre o que queria se mostrar ao mundo, deixando-o transparecer em público, e o que só podia existir em recolhimento e devia, por conseguinte, permanecer oculto. Politicamente, o fator crucial foi que o cristianismo buscou o recolhimento e desde esse recolhimento pretendeu controlar o que anteriormente haviam sido assuntos públicos. Os cristãos não se

contentam em realizar ações caridosas que vão além da política; eles afirmam explicitamente que “*praticam a justiça*”, e, tanto na visão judaica como na cristã, fazer donativos é uma questão de justiça mais do que de caridade – salvo que tais atos não devem aparecer aos olhos dos homens e não podem ser vistos por eles, mas permanecer tão ocultos que a mão esquerda não sabe o que faz a direita- isto é, o agente é proibido de contemplar seu próprio feito (Mateus 6:1 ss.)”

...“Aqui não precisamos analisar em detalhe como pôde, no curso da história, o caráter consciente e radicalmente antipolítico do Cristianismo ter sido exitosamente transformado de modo a tornar possível uma espécie de **Política Cristã**. À parte a necessidade histórica que acompanhou o colapso do Império Romano, isto foi obra de um único homem, Agostinho, precisamente porque nele sobreviveu uma extraordinária tradição de pensamento romano. A reinterpretção da política que se deu aqui é de capital importância para toda a tradição da civilização ocidental, e não só para a tradição da teoria e do pensamento, mas também para o marco no qual se deu a história política real. Até Agostinho, nem o próprio corpo político abraçava a visão de que a política é um meio para se alcançarem fins mais elevados e a liberdade um aspecto da política somente na medida em que existam certas áreas que esta deva libertar de seu controle. Agostinho reivindica explicitamente que a vida dos santos se desenrole no seio de uma “sociedade” e, ao forjar a ideia de uma *civitas Dei*, um Estado de Deus, supõe que a vida humana é também politicamente determinada por condições não terrenas – embora deixe aberta a questão de se os assuntos políticos ainda serão um ônus no outro mundo. Em todo caso, o motivo de assumir-se o ônus da política terrena é o amor ao próximo, não o temor a ele.”

Vamos pesquisar!